*Artigo

FETHAB: uma discussão equivocada

O "caminho do meio" é uma célebre expressão budista que, de modo sucinto, busca apontar o melhor rumo para aqueles que se propõem a caminhar em direção à sabedoria.

As forças políticas de Mato Grosso, talvez precisem trilhar o "caminho do meio" para resolver o imbróglio sobre a repartição do FETHAB - Fundo Estadual de Transporte e Habitação, criado em 2000, pelo saudoso e visionário Governador Dante de Oliveira.

O objetivo original do FETHAB era o de "financiar o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de obras e serviços de transportes e habitação". Recentemente, a Assembleia Legislativa do Estado editou a Lei 10.051/14, alterando a distribuição do FETHAB, dividindo-o em 50% para o Estado e 50% para os municípios.

Antes, porém, de dar minha opinião sobre a distribuição dos recursos, quero registrar dois pontos que considero "jabuticabas" introduzidos na lei originária: o primeiro, permitindo que os recursos pudessem ser aplicados para "pagamento de pessoal"; o segundo, possibilitando que o dinheiro pudesse ser utilizado para "construção e reforma de equipamentos públicos sociais", assim entendido os "terminais de integração, ciclovias, centros de múltiplo uso, centros comunitários, centros de convivência de idosos, creches, postos de polícia comunitária", dentre outros.

Considero-os como "jabuticabas" porque, independentemente da boa intenção que se quis ter com as novas destinações, o objetivo original do fundo foi desvirtuado, vez que ele se destinava exclusivamente para transporte e habitação.

Agora, voltando à discussão da destinação do FETHAB, o que se vê é um grande equívoco. Não importa quem vai aplicar o recurso para prover a obra de transporte ou de habitação. O que importa é não haver desvio de finalidade na aplicação do dinheiro. A discussão de quem vai gerir o recurso, se o Estado ou se o município, é jogo de vaidades. Não há interesse público nessa discussão. Enquanto isso ocorre, quem sofre é a população, que fica desprovida das melhorias de suas estradas e da construção de suas casas populares.

O pacto federativo, que no Brasil precisa de urgente reforma, aponta no sentido de que as pessoas vivem no município. Qualquer problema que lhes assolam, não é na "porta" do Estado ou do Governador que vão bater. A população bate às portas da prefeitura. Em casos extremos, até mesmo na porta da casa do prefeito.

Dentro do espírito do pacto federativo, o FETHAB pode e deve ser compartilhado entre Estado e o Municípios. É uma forma inteligente de dinamizar e otimizar o processo de aplicação dos recursos. Se a administração do fundo ficar centralizada na mão do governo estadual, muitas oportunidades de melhoria, principalmente nos municípios mais carentes, serão perdidas. A administração centralizada não interessa (ou pelo menos não deveria interessar) a ninguém, pois serve apenas para aumentar o poder político do Estado, em detrimento das efetivas necessidades da população.

O FETHAB é a realização concreta do pacto federativo. Essa é a grande oportunidade que temos de fazer do discurso a prática. O FETHAB, distribuído com critérios, para os municípios, vai permitir que os prefeitos cuidem melhor das estradas, das pontes e da habitação popular. A descentralização permitirá que todos possam receber o benefício, e não somente aqueles "escolhidos" pelo Estado. Por isso, sou a favor da divisão do FETHAB com os municípios.

Ficar contra esta ideia é ficar contra o interesse público. É ficar contra a lógica do processo. É não querer que o dinheiro chegue lá na ponta, onde as pessoas moram e vivem. Portanto, o "caminho do meio" a ser trilhado é expurgar da lei as anomalias, de modo a garantir o objetivo original para o qual o fundo foi criado, qual seja, transporte e habitação. Há que retirar da lei outras destinações que não estas, sobretudo aquelas ligadas a folha de pagamento de pessoal ou, se porventura existir, de repasses a entidades privadas. Feito o expurgo, o dinheiro deve ser dividido, meio a meio entre Estado e municípios, para que possa ser 100% aplicado em prol da sociedade.

Valtenir Pereira é deputado federal (PROS-MT) e defensor público licenciado.

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Reserva do Cabaçal, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mario Reiki
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.125/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Viaduto será interditado para obras

A Avenida Historiador Rubens de Mendonça (Av. do CPA) em Cuiabá deverá ficar interditada por até sete meses para que possam ser feitos os reparos no viaduto Jamil Boutros Nadaf (viaduto da Sefaz). A obra, que integra o pacote de implantação do VLT havia sido inaugurada em fevereiro de 2014, mas foi interditada quatro meses depois por conta de falhas graves apresentadas na estrutura.

A interdição pode começar ainda neste mês, disse o secretário de estado de Cidades. "O fluxo da avenida deverá ser comprometido entre cinco e sete meses para que as obras sejam feitas", disse Eduardo Chiletto. A possibilidade do viaduto desabar foi descartada pelo atual governo, como havia sido feito na gestão anterior.

O elevado foi interditado e precisa de reforço na estrutura por conta de fissuras. O problema foi detectado em julho do ano passado por uma equipe técnica que fazia a manutenção das juntas de dilatação da obra. Após a descoberta, o Consórcio VLT Cuiabá, responsável pela obra, decidiu interditar o viaduto para o tráfego.

Aeroporto

Ainda se tratando de obras inacabadas da Copa do Mundo em Cuiabá, o secretário Eduardo Chiletto confirmou que o Estado vai devolver a obra de reforma e ampliação do Aeroporto Marechal Rondon à Infraero. O motivo é a baixa capacidade operacional do Consórcio Marechal Rondon que não consegue concluir a obra.

Reforma

Até agora, apenas 72% do previsto foram executados. Em contrapartida, já foram pagos ao consórcio pouco mais de R$ 60 milhões, de um total de R$ 83 milhões previstos. De acordo com Chiletto, o Governo do Estado quer que à Infraero finalize a reforma do terminal. Com isso, o Estado passaria apenas a fiscalizar o andamento das obras.

Alerta

Os servidores do Detran paralisaram nesta terça-feira, 10, as atividades por 24 horas. A paralisação foi aprovada em assembleia-geral realizada na semana passada, ocasião em que a categoria deliberou também pelo indicativo de greve geral para o dia 2 de março, caso as negociações não sejam retomadas.

Greve

De acordo com a presidente do Sindicato dos Servidores do Detran, Daiane Renner, o Governo não quis apresentar um cronograma para realização do concurso público, que foi suspenso pelo governador pelo prazo de 120 dias. E caso o Governo não se posicione, os servidores começarão uma greve no dia 2 de março, por tempo indeterminado.

*Bastidores da Política

Falta de medicamentos

O vereador Rogério Silva (Pros) contou que tem recebido, já há alguns dias, muitas reclamações de pessoas que se mostram indignadas com a falta de medicamentos no Posto Central de Saúde. O vereador apresentou na Câmara Municipal, esta semana, um requerimento pedindo ao prefeito Fábio Junqueira (PMDB) explicações sobre o problema.

Requerimento

"Queremos informações a respeito da falta de medicamentos no Posto Central e, ainda, quais são os medicamentos fornecidos, quais os medicamentos que estão em falta e as razões. E, também, qual o critério utilizado para determinar a classificação do medicamento como 'de alto custo'", explica o parlamentar.

Barcelona

Silva também pediu ao Executivo Municipal informações sobre a rede de esgoto do Residencial Barcelona. Ele contou que há, na internet, um vídeo vinculando nas redes sociais, apresentando sérios problemas com a rede de esgoto do residencial. As imagens, explica o vereador, mostram que o esgoto estava correndo a céu aberto.

Respostas

Sobre as solicitações, o Executivo afirmou que na unidade existem inúmeros medicamentos e o parlamentar teria que informar quais seriam, para que dessa forma a Saúde pudesse resolver o problema. Quanto ao esgoto, o Samae disse que a obra é de responsabilidade da Construtora Lorenzetti e que a empresa já foi notificada para a solução do problema.

Biometria

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) iniciou ontem o cadastramento biométrico em Várzea Grande e Primavera do Leste. De acordo com o TRE-MT, 327.629 mil eleitores de 21 municípios realizaram o recadastramento no estado. Até agora o voto biométrico já foi implantado em 28 dos 141 municípios mato-grossenses.

Recontratação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Maluf (PSDB), afirmou que cerca de 500 dos 859 servidores demitidos devem ser recontratados, após um "pente fino" que será feito pela comissão. "(...) alguns serão recontratados, mas já temos a programação de que entre 200 e 300 não voltam".

Sobre fantasmas

Sobre a denúncia da nova Mesa Diretora da AL de que haveriam funcionários fantasmas naquela Casa de Leis, o ex-presidente Romoaldo Júnior reagiu às críticas. "Daquilo que estava sob o meu controle, eu garanto que não tem um fantasma. Agora existem servidores lotados nos gabinetes (...) Fazer esse controle é mais complicado".

Transição

Já sobre a reclamação da nova Mesa Diretora de não ter recebido dados e documentos com informações técnicas e financeiras da Casa, Romoaldo afirmou que toda documentação fora providenciada para ser entregue, mas quatro dias antes o grupo que chegou ao comando do Legislativo se isolou num "confinamento" em Chapada dos Guimarães.

Edileusa assume Ucmmat

A vereadora Edileusa Ribeiro (PTC) assume o comando da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (Ucmmat) nesta quarta-feira, às 9h. A solenidade acontece na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). Eleita com 172 votos, Edileusa substitui o vereador de Claúdia, Ebenezel Darly dos Santos (PMDB), que assumiu o posto após a então presidente, Ismaili Donassan (PSD), vereadora por Colíder, ser destituída por suspeita de irregularidades na gestão. Justamente por isso, a nova gestora ressalta que uma das missões será recuperar a imagem da entidade que representa 84 das 141 Câmaras de Mato Grosso. Edileusa acumula sete mandatos como vereadora por Guarantã do Norte e também já legislou em Sinop.

Ilustração: Reinaldo Netto